

BOLETIM INFORMATIVO

Edição nº 05

julho a dezembro de 2025

CONTEÚDOS

DESTAQUES 02

EVENTOS 06

ARTIGOS 12



Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamental referente ao 1.º Semestre 2025

Pag. 02



Previsões macroeconómicas para o Orçamento do Estado de 2026 (POE/2026)

Pag. 04

A 5.ª edição do Boletim Informativo do Conselho das Finanças Públicas (CFP), relativa ao segundo semestre de 2025, destaca as principais ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Gestão e Orçamento aprovado para 2025.

Este período caracteriza-se por uma intensa atividade institucional, marcada pela participação em conferências internacionais, realização de formações, reuniões técnicas com entidades nacionais e internacionais, bem como pela assinatura de protocolos de cooperação com parceiros nacionais.

Entre os momentos mais significativos estão a receção da Delegação da *African Network of Parliamentary Budget Offices (AN-PBO)* em Cabo Verde e a audição parlamentar realizada na Comissão Especializada de Orçamento e Finanças da Assembleia Nacional no âmbito das discussões da proposta de Orçamento de Estado para 2026.

Além disso, esta publicação reúne os resumos dos principais relatórios produzidos pelo CFP no período, nomeadamente: o Relatório de acompanhamento de execução Orçamental referente ao 1º semestre de 2025, o Relatório sobre as Previsões Macroeconómicas do Orçamento do Estado 2026, o Relatório sobre a Proposta do Orçamento do Estado para 2026 e o Relatório de Execução Orçamental de 2024, bem como artigos técnicos elaborados pelos membros do Conselho.

Todas as informações estão disponíveis nas plataformas digitais do CFP, nomeadamente no Facebook (<https://www.facebook.com/cfpcv2023>) e no site oficial do CFP (<https://cfp.cv/>).

Desejamos uma excelente leitura!

Atenciosamente,

Conselho das Finanças Públicas

Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamental referente ao 1.º Semestre 2025

A execução orçamental no 1º semestre de 2025 apresentou uma evolução globalmente positiva, refletida na melhoria dos saldos orçamentais e na redução líquida da dívida pública, em contraste com o período homólogo de 2024. Apesar destes resultados encorajadores, persistem fragilidades estruturais, em particular ao nível da execução da receita e, sobretudo, do investimento público, que continuam a limitar o impacto do orçamento no crescimento económico e na resiliência de médio prazo.



A receita totalizou cerca de 37,5 mil milhões de CVE, registando um crescimento homólogo de cerca de 17 por cento, impulsionado pelo aumento dos impostos (+15,6 por cento) e das contribuições sociais (+22,6 por cento), bem como por um forte crescimento das transferências externas. Contudo, a taxa de execução da receita nesse 1º semestre foi de apenas 40,1 por cento da previsão anual, exigindo aceleração no 2º semestre para assegurar o cumprimento das metas previstas no Orçamento Reprogramado de 2025. A despesa pública atingiu 36,5 mil milhões de CVE (+6,9 por cento), mas com uma taxa de execução reduzida (34,8 por cento). As despesas correntes, nomeadamente com pessoal, benefícios sociais e juros, concentraram a maior parte da despesa executada, evidenciando a rigidez da estrutura orçamental. A despesa de capital apresentou uma execução muito baixa (15,9 por cento), indicando dificuldades persistentes na implementação do investimento público nesse semestre.

Os resultados orçamentais foram favoráveis. O saldo orçamental global registou um superavit de 925,2 milhões de CVE (0,3 por cento do PIB), revertendo o défice observado em 2024. O saldo primário atingiu 4,3 mil milhões de CVE (1,41 por cento do PIB), enquanto o saldo corrente apresentou um excedente de 3,5 mil milhões de CVE (1,15 por cento do PIB). Contudo, excluídos os donativos, o saldo global torna-se deficitário, revelando dependência significativa do financiamento externo. No financiamento, registou-se uma redução líquida da dívida pública de cerca de 1,1 mil milhões de CVE, fixando o stock em 298,9 mil milhões de CVE (98,6 por cento do PIB). Apesar da ligeira redução, o nível da dívida permanece elevado.

Embora os resultados da execução orçamental do 1º semestre de 2025 sejam positivos, a sustentabilidade das finanças públicas exige, no 2º semestre, a manutenção de saldos primários positivos, a aceleração do investimento público e uma gestão prudente da dívida.

Previsões macroeconómicas para o Orçamento do Estado de 2026 (POE/2026)



O Conselho das Finanças Públicas, na sua missão de avaliar a consistência e sustentabilidade da política orçamental, emitiu um parecer favorável ao endosso das previsões macroeconómicas que sustentam a Proposta de Orçamento do Estado para 2026, não obstante a ausência de reuniões técnicas presenciais com a Direção Nacional do Planeamento, o que, embora não tenha impedido o endosso, limitou uma análise

técnica mais rigorosa dos pressupostos governamentais.

O Conselho considerou que o cenário traçado pelo Ministério das Finanças (MF) para 2026 era “provável, realista e alcançável”, apresentando um elevado grau de prudência face ao contexto internacional.

Crescimento Económico e Estabilidade de Preços

A economia deverá continuar a sua trajetória de resiliência e recuperação pós-choque de 2020. Para 2026, as projeções apontam para:

- Crescimento do PIB: O Ministério das Finanças prevê um intervalo entre 5,0 por cento e 6,0 por cento, enquanto o CFP estima, no seu exercício próprio, um crescimento de 5,7 por cento.

- **Inflação:** Prevê-se uma ligeira inversão na tendência recente de queda, situando-se em 2,0 por cento, um valor considerado compatível com a dinâmica económica projetada.
- **Motores do Crescimento:** O Consumo Privado (com crescimento robusto de 5,6 por cento) e o Investimento (público e privado) serão os principais motores da procura interna. No lado da oferta, o setor do Turismo (Alojamento e Restauração) continua a ter muito dinamismo.

Consolidação das Finanças Públicas

O cenário para 2026 reforça o compromisso com a sustentabilidade orçamental e os acordos firmados com o FMI:

- **Défice Público:** Prevê-se uma melhoria significativa, situando-se em 0,8 por cento do PIB.
- **Dívida Pública:** Deverá manter a tendência decrescente, podendo atingir 96,3 por cento do PIB.

- **Reservas Externas:** Espera-se que garantam pelo menos seis meses de importações, assegurando a estabilidade cambial.

Riscos e Vigilância Necessária

Apesar do parecer positivo, o CFP alerta para um cenário de “resiliência frágil” devido a fatores de incerteza:

1. **Contexto Externo:** A economia permanece vulnerável à volatilidade dos preços das matérias-primas e ao abrandamento económico na Zona Euro, o principal mercado emissor de turistas.
2. **Desafios Estruturais:** O CFP considera que o Turismo, embora vital, possui limitações na promoção de uma transformação estrutural profunda, sublinhando a necessidade de diversificação económica e aumento da produtividade.
3. **Riscos Internos:** Choques climáticos (secas), riscos fiscais no setor das empresas públicas e a pressão sobre a despesa com pessoal exigem monitorização contínua.

Tabela 1 - Previsões macroeconómicas da economia cabo-verdiana para 2026 por diversas instituições

	BCV	CFP	MF	S&P	FMI
PIB Nominal	318,0		325.0	324.5	321.2
Taxa de Variação, em %	6.5%		n.d	n.d.	n.d.
PIB Real	n.d.				
Taxa de Variação, em %	5.0%	5.7%	5.0 a 6.0%	5.0%	4.9%
Inflação	1.4%	2.0%	1.0 a 2.0%	1.7%	2.0%

Fonte: Relatório da Política Monetária (BCV, abril 2025), MF (Diretrizes de Orçamento do Estado para 2026), Rating S&P 8 de agosto 2025. Cálculos do CFP.

Síntese da Análise da Proposta de Orçamento do Estado para 2026



A Proposta de Orçamento do Estado para 2026 (POE/2026) confirma uma orientação de prudência e consolidação gradual das finanças públicas, procurando equilibrar o controlo do défice, a redução da dívida pública e a manutenção das funções sociais essenciais do Estado. A análise do Conselho das Finanças Públicas (CFP) conclui que o enquadramento orçamental global é coerente com os princípios da responsabilidade

e da sustentabilidade fiscal consagrados na Lei de Bases do Orçamento do Estado.

Do ponto de vista agregado, a POE/2026 prevê receitas totais de cerca de 92,7 mil milhões de CVE e despesas na ordem dos 95,7 mil milhões, traduzindo um défice orçamental estimado em 0,9 por cento do PIB, inferior ao projetado para 2025. Esta evolução reflete uma melhoria gradual do saldo global e a manutenção de um saldo primário positivo, evidenciando a capacidade do Estado de financiar o serviço da dívida sem recorrer a novo endividamento.

A consolidação orçamental projetada para 2026 resulta sobretudo da estabilização da despesa total em percentagem do PIB e do crescimento sustentado da base fiscal, mais do que da introdução de novas medidas restritivas. Observa-se, em percentagem do PIB, uma redução simul-

tânea das receitas e das despesas, sinalizando uma normalização da dimensão do Orçamento após o pico registado em 2025, fortemente influenciado por fatores extraordinários.

No domínio da receita pública, a pressão fiscal global deverá estabilizar em torno de 20 por cento do PIB, um patamar considerado equilibrado no contexto internacional. Importa salientar que esta estabilidade não resulta do aumento de taxas nominais, mas sim de uma recomposição estrutural da receita fiscal. Destacam-se a diminuição gradual da dependência do IVA sobre as importações e o reforço do IVA associado ao consumo interno, bem como o aumento do peso do imposto sobre o rendimento das empresas. Esta evolução aponta para um sistema fiscal mais diversificado, resiliente e menos vulnerável a choques externos, refletindo também melhorias na administração tributária e uma maior formalização da economia.

Do lado da despesa pública, a POE/2026 mantém uma clara prioridade às funções sociais essenciais. Cerca de dois terços da despesa total são afetos ao pilar do Estado Social, com destaque para a educação, a saúde e a proteção social, reafirmando o compromisso com a coesão social e o desenvolvimento do capital humano. Contudo, esta opção traduz-se num crescimento significativo das despesas correntes, em particular da despesa com pessoal, que continua a representar uma pressão estrutural relevante sobre as contas públicas.

O CFP sublinha que o aumento acumulado da despesa com pessoal nos últimos anos é substancialmente superior à evolução da riqueza nacional e das receitas, comprimindo a margem orçamental e reduzindo o espaço de manobra para responder a choques adversos. Apesar de o saldo corrente global se manter positivo, prevê-se a sua redução em 2026, refletindo o impacto destas pressões estruturais.

Em contraste, a despesa de capital regista uma redução acentuada, superior a 20 por cento face a 2025, passando a representar cerca de 3,1 por cento do PIB. Embora este ajustamento contribua para a consolidação orçamental no curto prazo, o CFP alerta para os riscos associados a uma contração prolongada do investimento público, sobretudo em projetos estruturantes com elevado retorno económico e social. A preservação do investimento produtivo é considerada crucial para sustentar o crescimento potencial e evitar efeitos negativos sobre a sustentabilidade orçamental no médio prazo.

A dívida pública mantém uma trajetória descendente, aproximando-se gradualmente dos limites prudenciais definidos na Lei de Bases do Or-

çamento do Estado. Esta evolução é sustentada pela manutenção de saldos primários positivos e por uma estratégia de financiamento prudente, com maior recurso a financiamento interno e amortização líquida da dívida externa. Ainda assim, o nível da dívida permanece elevado, exigindo uma gestão ativa dos riscos associados às taxas de juro, ao refinanciamento e às obrigações contingentes.

Neste contexto, o CFP identifica como um dos principais focos de risco orçamental o Setor Empresarial do Estado. O stock de garantias e avales públicos, equivalente a cerca de 9 por cento do PIB, encontra-se concentrado em empresas financeiramente deficitárias, constituindo uma fonte relevante de risco fiscal. O reforço da monitorização, da transparência e da responsabilização financeira destas entidades é considerado essencial para proteger a sustentabilidade das finanças públicas.

A POE/2026 incorpora também avanços institucionais relevantes ao integrar, de forma mais explícita, as perspetivas de género e climática no processo orçamental. Uma parte significativa dos programas e projetos contempla a dimensão de género, e cerca de 3,3 mil milhões de CVE são afetos a despesas com relevância climática, abrangendo mitigação, adaptação e resiliência. Estes instrumentos representam progressos importantes em termos de alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável, embora o CFP destaque a necessidade de aprofundar a sua operacionalização e avaliação de impacto.

Globalmente, a análise do CFP conclui que a Proposta de Orçamento do Estado para 2026 apresenta um quadro orçamental globalmente coerente e prudente, compatível com os princípios da disciplina e da sustentabilidade fiscal. A melhoria gradual dos saldos, a estabilização da pressão fiscal e a trajetória descendente da dívida constituem sinais positivos. Persistem, contudo, desafios estruturais relevantes, associados à rigidez da despesa corrente, à redução do investimento público e aos riscos do Setor Empresarial do Estado. A resposta a estes desafios exige uma execução orçamental rigorosa, reformas estruturais consistentes e um foco crescente na eficiência e na qualidade da despesa pública, de modo a assegurar a sustentabilidade das finanças públicas no médio prazo.



Relatório de Execução Orçamental de 2024: Apreciação da Conta Geral do Estado de 2024



A análise da execução orçamental ou Conta Geral do Estado (CGE) de 2024 confirma a continuidade do processo de consolidação fiscal em Cabo Verde, num contexto macroeconómico favorável, marcado por um crescimento nominal robusto do PIB. A execução global atingiu 76,5 por cento do Orçamento Reprogramado, representando uma melhoria de cerca de 4 pontos percentuais face a 2023, o que reflete maior capacidade de implementação orçamental. Contudo, este desempenho positivo no curto prazo convive com fragilidades estruturais persistentes, sobretudo ao nível do investimento público, da composição da despesa e da sustentabilidade da dívida.

Em 2024, as receitas totais ascenderam a 69,4 mil milhões de CVE (25,0 por cento do PIB), registando um crescimento nominal de 4,7 por cento face ao ano anterior. Apesar deste aumento, o rácio receita/PIB diminuiu, devido ao crescimento económico mais acelerado. A estrutura da receita manteve-se fortemente dependente das receitas fiscais, que representaram cerca de 82 por cento do total e superaram a previsão orçamental, com destaque para o IVA, os impostos sobre transações internacionais e os impostos diretos (IRPS e IRPC). Em contrapartida, as receitas de capital apresentaram uma execução muito baixa, em torno de 35 por cento do previsto, refletindo dificuldades recorrentes na mobilização de transferências externas e afetando a capacidade de financiar investimento público.

Do lado da despesa, as despesas totais atingiram 72,8 mil milhões de CVE (26,2 por cento do PIB), crescendo cerca de 9 por cento em termos nominais. A composição da despesa confirma uma forte rigidez orçamental, com predominância das despesas correntes. As despesas com pessoal, os benefícios sociais e os juros da dívida absorveram cerca de 60 por cento da receita corrente, limitando o espaço fiscal para políticas discricionárias e para o investimento. Em particular, os encargos com juros (2,4 por cento do PIB) aproximaram-se do montante total investido em 2024, evidenciando o custo económico de um elevado stock de dívida.

O investimento público voltou a constituir o principal ponto fraco da execução orçamental. Foram executados apenas 6,8 mil milhões de CVE,

correspondentes a 51,9 por cento do Orçamento Reprogramado, 9,4 por cento da despesa total e 2,5 por cento do PIB. Este nível é baixo em termos históricos e comparativos, ficando aquém do observado em outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. A subexecução foi particularmente significativa em áreas críticas como infraestruturas, habitação e ambiente, sendo especialmente preocupante a fraca execução da função ambiental, num país altamente vulnerável a choques climáticos. Importa sublinhar que a limitação não resultou da falta de financiamento, mas sobretudo de constrangimentos institucionais e operacionais, associados ao planeamento, maturidade dos projetos e contratação pública.

Apesar destas limitações, os saldos orçamentais revelam alguma resiliência. O saldo primário manteve-se positivo (1,18 por cento do PIB), assim como o saldo corrente (1,03 por cento do PIB), indicando capacidade de financiamento corrente do Estado antes dos encargos da dívida. O saldo global situou-se em -1,2 por cento do PIB, significativamente melhor do que o previsto no Orçamento Reprogramado.

A dívida pública manteve uma trajetória descendente em percentagem do PIB, beneficiando do diferencial favorável entre crescimento económico e custo médio da dívida. No entanto, o stock permanece elevado, situando-se em 111,4 por cento do PIB, muito acima do limite legal de 80 por cento, o que constitui o principal incumprimento das regras orçamentais e mantém o país exposto a choques macroeconómicos.

Ao nível subnacional, a execução municipal evidencia baixa autonomia financeira, forte dependência das transferências do Estado e elevada rigidez da despesa com pessoal, com agravamento do défice agregado em 2024.

Persistem ainda riscos fiscais relevantes associados ao setor empresarial do Estado, num contexto de limitada informação auditada.

Em síntese, a execução orçamental de 2024 revela estabilidade no curto prazo, assente na disciplina corrente e no bom desempenho das receitas fiscais, mas expõe desafios estruturais no médio prazo. A sustentabilidade das finanças públicas exige o reforço do investimento público, a contenção do crescimento estrutural da despesa corrente, a melhoria da capacidade de execução, a consolidação de excedentes primários consistentes e o reforço da transparência e da gestão dos riscos fiscais, como condições essenciais para apoiar um crescimento económico inclusivo e resiliente.

CFP reúne-se com a Comissão Parlamentar de São Tomé e Príncipe



O Conselho das Finanças Públicas (CFP), presidido pelo Sr. Osvaldo Borges, recebeu no dia 16 de julho de 2025, a visita da Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, composta pelo Deputado, Sr. Danilo Santos, pelo Assessor, Sr. Adilson Monteiro e pela Assessora, Sra. Birgit Nascimento. Da parte do CFP, participou o Vogal Executivo, Sr. Carlos Rocha.

A reunião teve como principal objetivo dar a conhecer o funcionamento do CFP de Cabo Verde,



órgão independente responsável pela fiscalização do cumprimento das regras orçamentais e da sustentabilidade das finanças públicas. Durante a reunião, foi feita uma apresentação sobre o enquadramento legal e institucional do CFP, os principais resultados alcançados em termos de relatórios produzidos e pareceres emitidos, os projetos atualmente em curso no âmbito das suas competências, bem como as parcerias nacionais e internacionais que tem vindo a desenvolver.

Reunião entre o CFP e o Embaixador de Angola em Cabo Verde Realização do curso “Inteligência Artificial na Liderança”



No quadro do reforço das relações institucionais e da promoção da cooperação internacional, o Conselho das Finanças Públicas de Cabo Verde (CFP), representado pelo seu Presidente, Doutor Osvaldo Borges, reuniu-se, no dia 05 de agosto, com o Embaixador da República de Angola em Cabo Verde, Sua Excelência Agostinho Tavares da Silva Neto.

O encontro teve como principal objetivo a apresentação do CFP, órgão consultivo e independen-

te criado pela Lei n.º 55/IX/2019, tendo em conta a fase inicial do seu funcionamento, iniciada em maio de 2023.

Durante a reunião, foi destacada a importância da partilha de experiências, boas práticas e conhecimentos técnicos, tendo sido abordadas perspetivas de cooperação entre instituições congéneres, nomeadamente com o recém-criado Conselho das Contas Públicas de Angola. Foi igualmente lançado as bases para a assinatura de protocolo de cooperação entre as congéneres.

As partes manifestaram interesse em aprofundar o diálogo institucional e explorar futuras oportunidades de cooperação no domínio das finanças públicas e da política orçamental, reforçando os laços de colaboração entre os dois países.

O CFP sublinhou ainda que esta iniciativa se insere na sua estratégia de fortalecimento institucional e de aproximação a entidades internacionais com missões semelhantes, contribuindo para a transparência, a qualidade da democracia e a credibilidade financeira do Estado.

Realização do curso “Inteligência Artificial na Liderança”



No âmbito da implementação do Plano de Formação para o ano de 2025, e em alinhamento com as prioridades estratégicas definidas no Plano Estratégico para o reforço das competências técnicas e institucionais, os cinco membros do CFP, divididos em dois grupos, participaram no curso “Inteligência Artificial na Liderança”.

A ação formativa contou com a participação do Presidente do CFP, Doutor Osvaldo Borges, e dos Vogais Executivas Dr.ª Albertina Fortes, Dr.ª Carla Carvalhal, Doutor Carlos Rocha e Dr. Minarvino Furtado. O curso decorreu no passado



mês de julho, em Lisboa, em duas edições separadas e foi ministrado pelo Grupo Vantagem+.

O curso teve como principal objetivo capacitar os participantes para a utilização da Inteligência Artificial (IA) na otimização da gestão de equipas, na automatização de tarefas e no apoio à tomada de decisões, promovendo simultaneamente o desenvolvimento de novas competências e boas práticas para a integração da IA de forma ética e eficiente nas organizações.

CFP e ANMCV assinaram Protocolo de Cooperação



No dia 19 de agosto de 2025, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) e a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), como resultado dos contactos anteriores, assinaram um Protocolo de Cooperação com vista ao reforço da articulação institucional e da colaboração técnica entre as duas entidades. O ato contou ainda com a participação da vogal Carla Carvalhal enquanto ponto focal.

O acordo teve como objetivo promover a partilha de informações e dados essenciais ao exercício das competências de ambas as instituições, bem como incentivar a capacitação conjunta e o desenvolvimento de iniciativas orientadas para a transparência, a boa governação e a sustentabilidade das finanças públicas centrais e locais.

O Protocolo estabelece um quadro de cooperação técnica e de intercâmbio de informações, contemplando, nomeadamente:

- a disponibilização de dados socioeconómicos e financeiros dos municípios de Cabo Verde;
- o acesso a indicadores relevantes para análises e projeções realizadas pelo CFP;
- a realização de iniciativas conjuntas, tais como ações de formação, workshops, conferências e seminários;
- a criação de mecanismos de comunicação direta entre o CFP, a ANMCV e os municípios.

O Protocolo foi assinado pelos Presidentes das duas instituições: pelo Presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP), Doutor Osvaldo Borges, e pelo Presidente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), Doutor Fábio Humberto da Rosa Alves Vieira.

Este acordo constitui mais um passo no fortalecimento da cooperação institucional, contribuindo para a melhoria da gestão financeira pública e para o desenvolvimento sustentável dos municípios de Cabo Verde.



CFP recebe visita da Autoridade Reguladora para a Contratação Pública do Togo (ARCOP)



O Conselho das Finanças Públicas (CFP) recebeu, no dia 23 de setembro de 2025, a visita de uma delegação da Autoridade Reguladora para a Contratação Pública do Togo (ARCOP), no âmbito de uma missão de intercâmbio institucional e partilha de experiências.

A delegação foi recebida pelos membros do Conselho, num encontro presidido pelo Presidente do CFP, Doutor Osvaldo Borges acompanhado dos vogais, Doutor Carlos Rocha e Dr. Minarvino Furtado

A visita teve como objetivo conhecer o funcionamento do Conselho das Finanças Públicas, enquanto órgão consultivo e independente respon-

sável pela avaliação do cumprimento das regras orçamentais e da sustentabilidade das finanças públicas em Cabo Verde, bem como compreender a sua missão, natureza institucional, principais desafios e as soluções adotadas e em curso para o cumprimento do seu mandato.

O encontro permitiu ainda o conhecimento da experiência de Cabo Verde na gestão das finanças públicas e na contratação pública, promovendo a partilha de conhecimentos e boas práticas entre as instituições.

A delegação togolesa foi composta pelo Doutor Akohin Dossouvi, Diretor de Documentação, Comunicação e Informação da Direção Nacional de Controlo da Contratação Pública; Doutor Talaki Atiyowé, Diretor de Prevenção da Alta Autoridade para a Prevenção e Combate à Corrupção e às Infrações Conexas; Doutor Hillah Messan, Assessor Jurídico do Diretor-Geral; e Frederic Mbassa, Gestor do Programa de Governança do Escritório Conjunto das Nações Unidas em Cabo Verde.

CFP participa na 8.ª Conferência da AN-PBO na Nigéria

No exercício da sua missão, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) tem vindo a cooperar com entidades internacionais que prosseguem objetivos semelhantes, integrando, desde 2024, a Rede Africana dos Gabinetes Parlamentares de Orçamento (African Network of Parliamentary Budget Offices – AN-PBO), liderada pela África do Sul. No âmbito desta cooperação, o CFP participa regularmente em reuniões virtuais e em conferências internacionais de elevada relevância técnica promovidas por esta rede.

Neste contexto, o CFP participou na 8.ª Conferência Anual da AN-PBO, realizada em Abuja, Nigéria, de 21 a 27 de setembro de 2025, subordinada ao tema “O Papel dos Gabinetes Parlamentares de Orçamento na Fiscalização Fiscal: Contributo para a Agenda Africana 2063”. O encontro teve a participação da vogal Carla Carvalhal como oradora, com o tema “Parliamentary Collaboration in Africa: A Unified Voice for Accountability in Public Finance”; e moderadora do painel “Climate Resilience and Sustainable Financing”.

O CFP-Cabo Verde esteve representado neste importante fórum pelas Vogais Carla Carvalhal e Albertina Fortes. A Conferência reuniu especialistas e instituições de cerca de 15 países africa-



nos para debater temas centrais da governação orçamental e financeira, nomeadamente:

- a gestão da dívida pública e a transparência;
- o orçamento inclusivo e a participação cidadã;
- o financiamento climático e o planeamento a longo prazo;
- a cooperação parlamentar e a integração regional.

Esta participação reforça o compromisso do CFP com o fortalecimento da cooperação internacional, a partilha de boas práticas e o aprofundamento do debate técnico sobre a sustentabilidade das finanças públicas no contexto africano.

CFP recebeu a delegação da AN-PBO



No quadro do reforço da supervisão orçamental, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) recebeu, na sua sede, nos dias 29 e 30 de setembro de 2025, a Comissão Diretiva da Rede Africana dos Gabinetes Parlamentares de Orçamento (AN-PBO), com o objetivo de reforçar a cooperação internacional e promover a partilha de boas práticas em matéria de governação económica e política orçamental. A delegação foi composta pelos diretores dos PBO da África do Sul (atualmente na presidência da Rede, Prof. Dumisani Jantjies), da Gâmbia, do Quênia, da Serra Leoa, da Nigéria e do Gana.



Durante a estadia, realizaram-se sessões de trabalho com o CFP, reuniões com as Comissões Parlamentares de Finanças, Orçamento e Economia da Assembleia Nacional, com o Pro PALO-P-TL, com o Ministério das Finanças e o Tribunal de Contas, bem como uma visita de cortesia ao Presidente da Assembleia Nacional.

O CFP considera que os objetivos definidos para esta missão foram plenamente alcançados, contribuindo para o fortalecimento das relações institucionais e para o aprofundamento do debate sobre o reforço da supervisão da política orçamental.

Conselho das Finanças Públicas em audição parlamentar



Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º dos Estatutos do Conselho das Finanças Públicas (CFP) e no âmbito do processo de apreciação da Proposta do Orçamento do Estado para o Ano Económico de 2026, o Presidente do CFP, Doutor Osvaldo Borges, acompanhado por todos os vogais, foi ouvido em audição parlamentar.

A audição teve lugar no dia 3 de novembro, na Comissão Especializada de Orçamento e Finanças da Assembleia Nacional, e teve como objetivo a apreciação técnica da Proposta de Orçamento do Estado para 2026.

Na sua intervenção, o Presidente do CFP considerou que a proposta orçamental se apresenta prudente e coerente, tendo, contudo, alertado para alguns riscos relevantes, nomeadamente a pressão sobre a despesa com pessoal, a eventu-



al subestimação de determinadas despesas e os desafios associados à sustentabilidade do excedente orçamental projetado.

Durante a audição, foi apresentado Relatório de Análise sobre a Proposta do Orçamento do Estado para 2026, que incluiu, entre outros aspetos:

- A avaliação dos cenários macroeconómicos subjacentes;
- As projeções orçamentais;
- A análise da consistência com as regras orçamentais em vigor.

Esta audição insere-se no cumprimento do mandato legal do CFP, reforçando o seu papel de apoio técnico ao Parlamento e contribuindo para a transparência, a qualidade do debate orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas.

Reunião de trabalho com a Delegação Portuguesa da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico do Acordo de Cooperação Cambial



Como habitualmente, no âmbito da segunda missão do Gabinete de Apoio Orçamental (GAO) de 2025, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) realizou, no dia 21 de novembro, uma reunião de trabalho com a Delegação Portuguesa da Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM) do Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal.

A Delegação Portuguesa esteve representada pela Senhora Inês Lopes e pelo Senhor Augusto Varela enquanto do CFP estiveram presentes os vogais Carlos Rocha e Minarvino Furtado. O encontro permitiu a troca de experiências e perspetivas sobre o trabalho desenvolvido por cada instituição na avaliação da economia nacional, de acordo com as respetivas competências.

Durante a reunião, foram abordados temas relacionados com o atual contexto macroeconómico e das finanças públicas de Cabo Verde, bem como os desafios e tendências observados no quadro desta parceria.

Este encontro insere-se na prática regular de diálogo institucional entre o CFP e a UAM, contribuindo para o aprofundamento da cooperação técnica, a partilha de conhecimento e o reforço da análise independente das finanças públicas.

Participação no curso “Liderança para Executivos em Organizações Públicas”

No âmbito da execução do Plano de Formação do Conselho das Finanças Públicas (CFP) para o ano de 2025, e do Plano Estratégico, os quatro Vogais Executivos do CFP — Dr.^a Albertina Fortes, Dr.^a Carla Carvalhal, Doutor Carlos Rocha e Dr. Minarvino Furtado — participaram no curso “Liderança para Executivos em Organizações Públicas”, realizado nos dias 24 a 26 de novembro de 2025, ministrado pelo Grupo Vantagem+, em Lisboa.

Teve como principal objetivo a atualização e o desenvolvimento de competências de liderança estratégica, bem como o reforço da capacidade de gestão e de tomada de decisão no contexto das organizações da Administração Pública. O curso teve uma forte componente prática ligada ao desenvolvimento de competências e instrumentos de gestão de recursos humanos no CFP. Constituiu, igualmente, uma oportunidade para o fortalecimento das competências de liderança e gestão, contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional, para a prossecução eficaz das atribuições do CFP no quadro da sua



missão e competências e para a consolidação do capital de conhecimento institucional.

O curso visou dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para desenvolver, implementar e gerir com sucesso as expectativas de desempenho dos stakeholders das instituições públicas, bem como criar condições para a realização eficaz de operações internas de elevado desempenho.

Assinatura de Protocolo de Cooperação entre o Conselho das Finanças Públicas (CFP) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)



Teve lugar no dia 15 de dezembro de 2025, no Campus do Palmarejo Grande, a cerimónia de assinatura de um protocolo de cooperação entre o Conselho das Finanças Públicas (CFP) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), com vista ao reforço da colaboração institucional e ao desenvolvimento de um conjunto de ações no domínio das finanças públicas.

Esta iniciativa constitui um passo importante no reforço da articulação entre a academia e o setor público, promovendo a partilha de conhecimento técnico e científico no domínio das finanças públicas. A parceria consolida o papel das instituições de ensino superior na análise, investigação e formação especializada em matérias de finanças públicas, contribuindo para a produção de conhecimento aplicado e para o reforço da qualidade, da transparência e da sustentabilidade da política orçamental.

O protocolo foi assinado pelo Presidente do CFP, Prof. Doutor Osvaldo Monteiro Borges, e pelo Reitor da Universidade de Cabo Verde, Prof. Doutor José Arlindo Fernandes Barreto.

CFP e ISCJS formalizam Protocolo de Cooperação

No âmbito do reforço da colaboração institucional, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS) assinaram no dia 17 de dezembro de 2025, um Protocolo de Cooperação.

A parceria tem como objetivo promover ações conjuntas nas áreas de formação, investigação, partilha de dados, realização de eventos científicos e estágios, incluindo a concessão de benefícios aos funcionários do CFP. Este acordo assinala um marco importante na aproximação entre o meio académico e o setor público, fortalecendo o conhecimento técnico e científico, a qualidade, a transparência e a sustentabilidade da política orçamental, e con-



tribuindo para o cumprimento das missões de ambas as instituições.

O protocolo foi assinado pelos Presidentes das duas instituições: do CFP, Professor Osvaldo Monteiro Borges, e do ISCJS, Professora Yara Miranda.

CFP na Imprensa Internacional

Repercussão Internacional do Relatório sobre a Execução Orçamental de 2024

No âmbito das competências legalmente atribuídas em matéria de acompanhamento, análise e avaliação da execução orçamental, o Conselho das Finanças Públicas (CFP) divulgou, no passado dia 29 de dezembro de 2025, o Relatório de Apreciação da Execução Orçamental de 2024 – Conta Geral do Estado 2024.

Na sequência da sua divulgação, o relatório mereceu destaque em diversos meios e plataformas internacionais de informação, contribuindo para a projeção externa da análise das finanças públicas de Cabo Verde e para o reforço da transparência orçamental.

Entre as entidades internacionais que reportaram a matéria destacam-se:

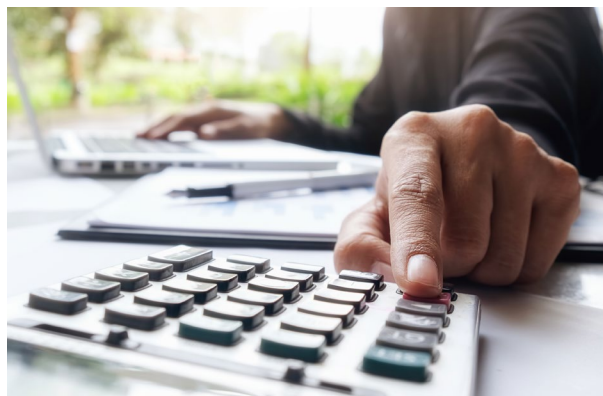
- **360 Mozambique – portal internacional de informação económica**
<https://360mozambique.com/world/africa/cape-verde-public-finance-council-warns-of-debt-and-weak-investment/>

- **Forbes África Lusófona – publicação especializada em economia e negócios no espaço lusófono**
<https://www.linkedin.com/company/forbes-africa-lusofona/>
- **Correio da Manhã Canadá – órgão de comunicação social com alcance internacional**
<https://www.correiodamanhacanada.com/conselho-de-financas-publicas-de-cabo-verde-alerta-para-divida-e-fraco-investimento/>
- **Lusa – agência de notícias de Portugal**
<https://www.lusa.pt/article/2025-12-30/46269712/conselho-de-financas-publicas-de-cabo-verde-alerta-para-divida-e-fraco-investimento>

As notícias publicadas salientaram, em particular, a evolução da taxa de execução orçamental em 2024, bem como os principais alertas e análises constantes no relatório do CFP, evidenciando o papel do Conselho na promoção da transparência e da credibilidade das finanças públicas.

Pressão Fiscal e Paridade do Poder de Compra em Cabo Verde

Carlos Rocha e Minarvino Furtado - Vogais do Conselho



Introdução

O financiamento das funções essenciais do Estado e do investimento público, depende, em larga medida, da arrecadação de impostos resultantes da atividade económica e da produção de riqueza nacional. Para além da sua função arrecadatória, o sistema fiscal desempenha um papel central na redistribuição do rendimento e na promoção da coesão social e territorial.

Existe, por isso, uma relação estreita entre tributação, produção da riqueza, consumo e o investimento. Estas variáveis incidem sobre o mesmo “bolo” (Produto Interno Bruto, PIB), que é repartido entre impostos que o Estado coleta, o que os privados consomem e o que investem. Um equilíbrio adequado de longo prazo entre estas componentes é fundamental para assegurar crescimento económico sustentável.

Pressão Fiscal e Tax wedge

A pressão fiscal mede o peso dos impostos e contribuições obrigatórias na economia, traduzindo a proporção do PIB transferida para o Estado via tributação. Trata-se de um indicador amplamente utilizado em análises de finanças públicas, permitindo avaliar o esforço global da economia no financiamento das funções públicas. Importa, contudo, sublinhar que uma pressão fiscal mais elevada não implica, necessariamente, maior receita em termos absolutos, podendo refletir variações no ciclo económico, opções de política fiscal ou um PIB relativamente reduzido. Do mesmo modo, uma pressão fiscal mais baixa não implica automaticamente menor esforço fiscal para os cidadãos.

Complementarmente, a análise da carga fiscal sobre o rendimento do trabalho, frequentemente expressa através do tax wedge, permite avaliar o impacto conjunto dos impostos e contribuições sociais sobre o custo do trabalho e o rendimento líquido dos trabalhadores.

Conforme evidenciado no Relatório de Análise da Proposta de Orçamento do Estado para 2026, a carga fiscal sobre o trabalho e o tax wedge em Cabo Verde mantiveram-se globalmente estáveis no período recente. A análise do CFP demonstra que esta estabilidade resulta da manutenção das taxas fiscais e contributivas e do alargamento da base contributiva, associado ao aumento do emprego formal e dos rendimentos declarados, e não de um agravamento da tributação sobre o fator trabalho.

Cabo verde no cenário internacional

A pressão fiscal em Cabo Verde registou uma trajetória crescente entre 2022 e 2025, acompanhando a recuperação económica pós-pandemia e o reforço da arrecadação tributária. Segundo os dados da Proposta de Orçamento do Estado para 2026 e cálculos do CFP, a pressão fiscal passa de 18,8 por cento do PIB em 2022 para 20,7 por cento em 2025.

Para 2026, projeta-se uma estabilização em torno de 20,1 por cento do PIB, refletindo um abrandamento do crescimento da receita fiscal, em linha com a normalização do consumo e das importações após o período de forte retoma económica.

Quando comparada com outras economias insulares ou de pequena dimensão, como Maurícias e Seycheles, Cabo Verde apresenta uma pressão fiscal inferior. No entanto, esta comparação direta não considera diferenças estruturais relevantes, em particular o nível de rendimento per capita e o poder de compra dos cidadãos.

A importância do ajustamento pela Paridade do Poder de Compra

Comparações internacionais baseadas exclusivamente na pressão fiscal nominal podem ser enganadoras quando envolvem países com níveis muito distintos de rendimento. Para uma análise mais equilibrada, é essencial introduzir o ajustamento pela Paridade do Poder de Compra (PPC).

Ao relacionar a carga fiscal com o PIB per capita ajustado por PPC, torna-se possível avaliar o esforço fiscal individual em função da riqueza média disponível. Em economias com elevado rendimento per capita, cargas fiscais mais altas podem ser compatíveis com elevados níveis de rendimento disponível. Em economias com rendimento mais baixo, mesmo uma pressão fiscal moderada pode representar um esforço significativo para os cidadãos.

Cabo Verde vs. União Europeia (EU)

Em 2024, a pressão fiscal em Cabo Verde situou-se em cerca de 19 por cento do PIB, o que implica que aproximadamente 81 por cento da renda líquida bruta permanece disponível antes de outros encargos indiretos. Contudo, o PIB per capita em PPC ronda os 9.500 USD, resultando numa renda líquida de cerca de 7.500 USD por habitante.

Na União Europeia, a pressão fiscal média é substancialmente superior (40,4 por cento do PIB), deixando uma renda líquida 59,6 por cento. No entanto, o PIB per capita em PPC aproxima-se dos 56.000 USD, o que corresponde a uma renda líquida ajustada de cerca de 33.400 USD (4x mais que Cabo Verde).

Em termos de poder de compra, a renda líquida média em Cabo Verde corresponde, assim, a cerca de 24 por cento da renda líquida média da EU, evidenciado que comparações nominais entre taxas de tributação ocultam diferenças substanciais no bem-estar económico efetivo.

Conclusão

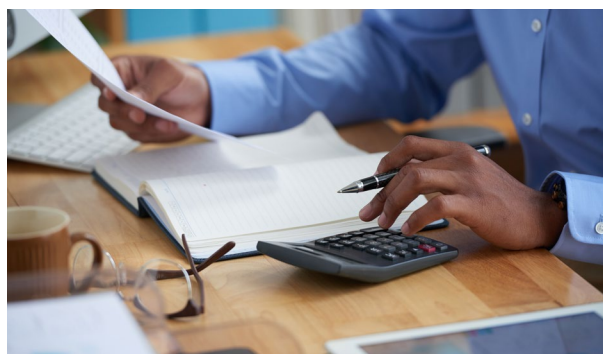
A análise conjunta da pressão fiscal e da paridade do poder de compra mostra que uma carga

fiscal nominalmente mais baixa em Cabo Verde não se traduz, necessariamente, num menor esforço fiscal individual quando ajustada ao nível de riqueza disponível. Pelo contrário, o reduzido PIB per capita implica que uma fração significativa da renda dos cidadãos seja absorvida pelo sistema fiscal, limitando o rendimento disponível, a poupança e a capacidade de investimento privado.

Os ajustamentos por PPC evidenciam que comparações diretas com países de rendimento elevado, como os da União Europeia, podem induzir interpretações enviesadas sobre a “leveza” do sistema fiscal cabo-verdiano. Num contexto de economia pequena e aberta, a sustentabilidade das finanças públicas passa menos pelo aumento da pressão fiscal e mais pelo alargamento da base tributária, o crescimento económico sustentado, o reforço da produtividade, a formalização económica e a eficiência da despesa e do investimento públicos, garantindo que o esforço fiscal seja socialmente suportável e compatível com o desenvolvimento de longo prazo.

Sustentabilidade Fiscal em Tempos de Incerteza: Os Novos Desafios de Cabo Verde entre Choques Externos e Pressões Internas

Carla Carvalho - Vogal do Conselho



Num momento em que a economia global enfrenta riscos combinados — juros elevados, tensões geopolíticas persistentes e desaceleração do comércio — a vulnerabilidade das economias pequenas e abertas acentuou-se.

O World Economic Outlook do FMI sublinha que os small states são dos mais expostos a choques externos devido à reduzida diversificação económica e dependência do turismo¹. Este enquadramento reforça a importância da disciplina fiscal para Cabo Verde, cuja economia continua fortemente ligada à dinâmica internacional.

Nos últimos anos, Cabo Verde recuperou de forma robusta do período pós-pandemia, conforme

documentado no Regional Economic Outlook for Sub-Saharan Africa². O crescimento foi apoiado pelo regresso do turismo e pela recuperação gradual do mercado de trabalho. A trajetória descendente da dívida pública é igualmente confirmada no Staff Report do ECF³ e também destacada pelo Conselho das Finanças Públicas no Relatório sobre a Execução Orçamental de 2023, que assinala a redução do rácio dívida/PIB face a 2022⁴. Contudo, esta evolução positiva ocorre num ambiente financeiro internacional mais adverso, caracterizado por taxas de juro persistentemente elevadas, como evidencia o Fiscal Monitor⁵.

A pressão climática constitui um segundo desafio crítico para a sustentabilidade fiscal. O Country Climate and Development Report – Cabo Verde demonstra que o país é um dos mais vulneráveis da região a eventos climáticos extremos e à erosão costeira⁶. O Plano Nacional de Adaptação 2023–2030, validado pela UNFCCC, quantifica necessidades de investimento superiores a 1,2 mil milhões USD até 2030⁷. Estas exigências de investimento colocam pressão acrescida sobre o orçamento, revelando que a sustentabilidade da dívida e o risco climático estão profundamente

interligados — preocupação também salientada pelo CFP na Análise à POE/2026, ao sublinhar a necessidade de integrar o risco climático na programação orçamental⁸.

A isto acrescem necessidades sociais crescentes. A Conta Geral do Estado e os Relatórios de Execução Orçamental mostram pressões persistentes em setores como educação, saúde e proteção social⁹. O CFP confirma estes constrangimentos nos Relatórios de Análise da Execução Orçamental da CGE de 2023 e 2024, onde destaca o crescimento estrutural da despesa corrente e a rigidez do orçamento¹⁰. O Macro Poverty Outlook reforça que a procura por serviços públicos cresce mais rapidamente do que a capacidade de financiamento do Estado¹¹. Perante um rácio dívida/PIB ainda elevado, o espaço fiscal continua limitado.

A resposta passa por reforçar o enquadramento fiscal com âncoras credíveis. O FMI, no seu manual sobre regras fiscais, sublinha que regras de dívida e de despesa simples e transparentes reforçam a previsibilidade e reduzem a perceção de risco¹². O CFP tem igualmente recomendado a clarificação e operacionalização das regras fiscais nacionais, nomeadamente nos seus pareceres sobre os orçamentos recentes¹³. Esta orientação está alinhada com o Fiscal Transparency Handbook¹⁴.

É igualmente necessário consolidar o quadro orçamental de médio prazo. A OCDE salienta que projeções plurianuais com pressupostos auditáveis são determinantes para a coerência entre planeamento e execução¹⁵. Os documentos de médio prazo de Cabo Verde mostram progressos, mas o CFP identifica lacunas no realismo das projeções e na incorporação de cenários alternativos, especialmente na Análise à POE/2026¹⁶. O African Economic Outlook reforça esta necessidade, recomendando que países

vulneráveis integrem cenários adversos na projeção orçamental¹⁷.

No domínio da despesa, a prioridade é aumentar a eficiência. A OCDE demonstra que reformas de procurement, digitalização e avaliação de políticas públicas podem libertar espaço fiscal adicional¹⁸. A situação das empresas públicas cabo-verdianas e os riscos fiscais associados são amplamente analisados nos relatórios do FMI¹⁹ e reiterados pelo CFP, que identifica riscos relevantes associados a garantias e passivos contingentes nos Relatórios de análise da Execução Orçamental da CGE 2023 e 2024²⁰.

Quanto à gestão da dívida, o Global Landscape of Climate Finance demonstra o potencial de instrumentos inovadores — green bonds, blended finance e swaps dívida-por-clima — especialmente úteis para pequenos Estados vulneráveis²¹.

Por fim, a transparência fiscal e o escrutínio público são determinantes para a credibilidade das finanças públicas. Os OECD Principles for Independent Fiscal Institutions destacam que a confiança dos cidadãos e dos mercados depende da qualidade da informação pública e do papel ativo das instituições independentes²². O Conselho das Finanças Públicas tem reforçado este papel nos seus relatórios recentes e na monitorização da execução orçamental, nomeadamente no Relatório da análise da Execução orçamental do 1.º Semestre 2025²³.

Assim, num cenário de incerteza prolongada, Cabo Verde enfrenta simultaneamente riscos e oportunidades. A combinação entre responsabilidade fiscal, planeamento estratégico e integração do risco climático será determinante para transformar vulnerabilidades em resiliência e consolidar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

¹ International Monetary Fund. (2024). World Economic Outlook (pp. 4–7).

² International Monetary Fund. (2023). Regional Economic Outlook – Sub-Saharan Africa (pp. 32–34).

³ International Monetary Fund. (2024). Cabo Verde: Staff Report for the 2024 Article IV and ECF Review (pp. 9–12).

⁴ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2024). Relatório Execução Orçamental 2023 (p. 18).

⁵ International Monetary Fund. (2024). Fiscal Monitor (pp. 45–50).

⁶ World Bank. (2022). Country Climate and Development Report – Cabo Verde (pp. 15–28).

⁷ UNFCCC. (2023). National Adaptation Plan – Cabo Verde 2023–2030 (pp. 10–18).

⁸ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2025). Análise POE/2026 (p. 27).

⁹ Ministério das Finanças. (2023–2024). Relatórios de Execução Orçamental (pp. 22–35).

¹⁰ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2024). Relatório Execução Orçamental 2023 (pp. 22–24).

¹¹ World Bank. (2023). Macro Poverty Outlook – Cabo Verde (pp. 2–3).

¹² International Monetary Fund. (2018). How to Design Fiscal Rules (pp. 12–19).

¹³ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2025). Análise POE/2026 (p. 8).

¹⁴ International Monetary Fund. (2020). Fiscal Transparency Handbook (pp. 40–48).

¹⁵ OECD. (2019). Budgeting and Public Expenditures (pp. 66–72).

¹⁶ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2025). Análise POE/2026 (pp. 14–16).

¹⁷ African Development Bank. (2023). African Economic Outlook (pp. 52–54).

¹⁸ OECD. (2022). Independent Fiscal Institutions Review (pp. 20–27).

¹⁹ International Monetary Fund. (2024). Cabo Verde: Staff Report (pp. 16–19).

²⁰ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2024). Relatório Execução Orçamental 2023 (pp. 28–30).

²¹ Climate Policy Initiative. (2023). Global Landscape of Climate Finance (pp. 29–33).

²² OECD. (2019). Principles for Independent Fiscal Institutions (pp. 5–14).

²³ Conselho das Finanças Públicas – Cabo Verde. (2025). Relatório Acompanhamento Execução Orçamental – 1.º Semestre 2025 (pp. 10–13).



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida de China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3º Andar - Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

